

## **As Águas da Discórdia – Transposição do Rio São Francisco – Denúncia de Peso**

**Aldo da Cunha Rebouças**, livre docente do Instituto de Geociências da USP, Mestre em Hidrologia e Doutor em Planejamento de Recursos Hídricos pela Université Strasbourg - França, com Pós-Doutorado pela Stanford University – EUA, Consultor de Instituições Públicas e Privadas, Empresas e Organismos Internacionais, Fundador e presidente da Associação Latino Americana de Hidrologia para o Desenvolvimento e da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, analisando o **projeto federal**, prevê que:

**“nem uma gota da água do rio levada ao Nordeste chegará à população que tem sede”.**

Além do risco de salinizar terrenos, inviabilizando a agropecuária, **a transposição do São Francisco** teria como objetivo primário a irrigação de cultivo de grãos, flores e camarões para exportação.

**Não atenderia ao pobre, ao miserável, ao pequeno agricultor.**

Há uma estimativa exagerada de consumo de água na região. O objetivo seria usá-la na construção de barragens para a agroindústria.

**Transposição do Rio São Francisco não leva uma gota a quem tem sede e serve apenas aos coronéis do Nordeste.**

Anunciada como promessa de matar a sede do nordestino do semi-árido, a transposição do Rio São Francisco corre o risco de servir apenas aos interesses de coronéis e políticos que sobrevivem com a chamada "indústria da seca".

- Não estão prevendo, nos custos da obra, levar a água para essa população.

Só prevêm canais ao longo dos rios ou construídos artificialmente para as grandes propriedades de flores, camarão e grãos”.

Para o especialista, o projeto é cheio de falhas, alimentadas por irresponsabilidade sócio-ambiental. A população fica chupando o dedo e vai continuar fazendo a ligação entre pobreza e falta de água. Políticos que vivem da indústria da seca gostam de ligar uma coisa à outra porque é favorável a eles.

Eles têm uma barragem e sempre embutem comissões por fora que financiam campanhas e eleições. Rebouças aponta, entre outros problemas do projeto, o custo sete vezes maior para usar as águas do São Francisco no Nordeste ao invés de às suas margens, a salinização do solo e o aumento da pobreza em consequência da diminuição da oferta de água:

A população (nos estados beneficiados) é contra. Só os coronéis são favoráveis, alguns políticos locais e colegas que estão em Brasília.

**Segundo alguns analistas, seria pior que a Transamazônica.** Para o especialista, a alternativa viável para o Nordeste envolve 'ensinar a população a usar a água e ressuscitar o cata-vento, substituído com alto custo por motos-bombas na década de 60.

Ele aconselha a **troca do cultivo de grãos por frutas**, como o melão, que dá maior rentabilidade, e o incentivo do governo à racionalização: 40 m<sup>2</sup> de área seriam suficientes para coletar água no período chuvoso para abastecer seis pessoas por ano em período não chuvoso.

- Nada é feito. Investe-se muito em obras de engenharia e nada na conservação da água. Em julho no nordeste vacas estavam morrendo por falta de água, uma semana depois, estavam morrendo afogadas pelas enchentes.

Não há obra nem estímulo para conservação da água. Soma-se às críticas do especialista a previsão do Ministério Público estadual e do governo de Minas Gerais de que a implantação do projeto comprometerá a disponibilidade de água alocável da bacia.

Ou seja, o volume concedido para a transposição chegaria ao máximo, impedindo o desenvolvimento das áreas pelas quais o rio passa hoje.

O promotor de Justiça mineiro Luciano Badini, um dos signatários de ação civil pública afirma haver ações no mesmo sentido na Bahia, em Sergipe e Alagoas. Minas reclama um estudo ambiental mais detalhado, já que o realizado pelo governo estaria incompleto e não contemplaria os impactos efetivos ou potenciais em Minas, responsável por 73,5% da vazão total do São Francisco. Segundo Badini, 67% originários de rios estaduais, apesar de o São Francisco ser federal.

Com a captação prevista no projeto do governo federal - inicialmente de 26 m<sup>3</sup>, podendo chegar a 127 m<sup>3</sup>/s, mas com média de 65 m<sup>3</sup>/s - haveria necessidade da construção de barragens nos rios estaduais de Minas.

Esse impacto ambiental, lembra Badini, não está no estudo. Além disso, diz, haveria redução de água para as hidrelétricas. Na de Minas, Três Marias, o impacto não foi medido.

Ainda segundo o promotor, o rio tem volume outorgável total de 360 m<sup>3</sup>/s. Só que 330 m<sup>3</sup>/s já estão outorgados, restando 30 m<sup>3</sup>/s. Dessa forma, o volume a ser transposto ultrapassaria a quantidade passível de uso.

Além disso, alega Badini, os estados por onde o rio passa também sofrem dificuldades (Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas).

Alagoas, com o Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo do país, vai ser privado das águas do São Francisco, inviabilizando o seu desenvolvimento econômico.

**Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental**  
[rocha@mdbrasil.com.br](mailto:rocha@mdbrasil.com.br) – [www.outorga.com.br](http://www.outorga.com.br) – [www.rochaoutorga.hpg.com.br](http://www.rochaoutorga.hpg.com.br)